



MPE acompanha licitação da fiscalização eletrônica

Audiência constata que não houve gastos com o edital revogado

Gilmara Costa
DA EQUIPE JC

O Ministério Público do Estado, através da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, realizou na manhã de ontem, 26, uma audiência para discutir o processo licitatório dos equipamentos de fiscalização eletrônica de trânsito na capital, cujo edital foi revogado na semana passada pela Prefeitura Municipal de Aracaju. Na ocasião, foi questionado o pagamento de valores para a prestação dos serviços com recursos públicos, já que alguns equipamentos já foram instalados e estavam sendo testados. Representantes da Prefeitura Municipal de Aracaju e da BK Telecomunicações, empresa que apresentou o menor preço para a execução do serviço de instalação de câmeras, participaram do encontro.

Ao destacar a ausência de despesas com o processo de licitação, o promotor de Justiça René Antônio Erba garantiu que o MP acompanhará o novo processo licitatório. “Essa audiência teve a finalidade de verificar se na licitação, que foi revogada publicamente, houve alguma espécie de dispêndio de dinheiro público e ficou esclarecido de que não teve, nem haverá, até o momento, nenhuma espécie de pagamento relacionado à licitação que foi revogada. A preocupação do MP era justamente essa em relação ao dinheiro público. Agora será publicado um novo edital com algumas modificações, que será submetido ao Tribunal de Contas do Estado para, depois do aval do TCE, ser publicada a nova licitação



AUDIÊNCIA realizada pelo MPE constata que a prefeitura não teve prejuízos com suspensão do edital dos radares

e o MP irá acompanhar isso de perto”, afirmou.

O secretário municipal da Defesa Social e da Cidadania em exercício, Arivaldo Barreto, destacou o não encerramento da licitação e afirmou que um novo edital deve ser publicado de 30 a 45 dias. “A licitação anterior não tinha sido encerrada e não houve qualquer tipo de custo. As empresas estavam efetivando os testes, tanto a de videomonitoramento quanto a dos equipamentos de radar também. Os radares estavam em testes, ninguém estava sendo autuado ainda, pois o processo ainda ia passar por adjudicação e homologação, para somente depois de 60 dias entrar em funcionamento.

A licitação foi revogada, os testes foram suspensos e estamos trabalhando num novo edital que será submetido à apreciação do TCE para depois ser publicado. A nossa expectativa é de que seja publicado entre 30 a 45 dias”, frisou.

Ao garantir que não houve prejuízos com a instalação dos equipamentos para teste, o representante da empresa BK Telecomunicações, Wellington Sá, explicou que é um procedimento normal, e ressaltou a ausência de favorecimento na licitação, destacando a participação da empresa em um novo procedimento licitatório. “Não tivemos qualquer tipo de prejuízo, entendemos que o edital estava claro, pois antes

da adjudicação do certame seria necessária essa fase de teste, até mesmo para se certificar de que a empresa tinha plena capacidade e que os equipamentos atendem a todos os requisitos. Então, isso é normal no mercado e a gente coloca o equipamento para teste para ver se atende a todas as características. Já ficou mais que provado que não tivemos qualquer tipo de favorecimento ou direcionamento como havia sendo veiculado e temos plena capacidade de atender e iremos, sim, participar do novo certame. O prejuízo ficou por conta das denúncias irresponsáveis e unilaterais que foram feitas pelo denunciante e alguns meios de comunicação”, disse Wellington Sá.

André Moreira

